

Linhas de
Transmissão de
Montes Claros S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em
31 de dezembro de 2022 e relatório
dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balanço patrimonial	10
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	14
Demonstração do fluxo de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	16



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.** (“**Montes Claros**” ou “**Companhia**”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A Montes Claros é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A LTMC foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A..

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	151,01
Tensão em kV:	138/345/500
Subestações próprias/ acessadas:	4

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 54.689 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e nove mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 48.947 (quarenta e oito milhões, novecentos e quarenta e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	3,43	3,46
• Liquidez corrente	1,77	3,90
• Relação patrimônio líquido/ativo	70,88%	71,08%
• Relação passivo não circulante/ativo	24,50%	26,10%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	3,45%	2,62%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	10,53%	9,31%
Ativos totais	324.439	295.402
Lucro líquido do exercício	7.943	5.502

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias e reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Reapresentação das demonstrações contábeis regulatórias

Em 26 de abril de 2022 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 5, essas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes da correção da base de prejuízos fiscais descrito na referida nota explicativa. Conseqüentemente, nossa opinião considera estas alterações e substituiu opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja as Notas 3.1, 6, 11 e 12 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esses assuntos
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2022 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 293.202 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”);

Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.

(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de abril de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

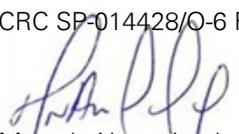
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	16.633	23.451
Concessionárias e permissionárias	10	5.050	4.665
Contas a receber - partes relacionadas	26	317	119
Estoques	11	4.009	3.974
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		75	75
Outros impostos a recuperar		101	101
Outros ativos circulantes		324	181
		26.509	32.566
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	2.576	1.803
Outros ativos não circulantes	14	1.648	3.135
Imobilizado não vinculado à concessão	12	504	577
Imobilizado	12	292.595	256.716
Intangível	13	607	605
		297.930	262.836
Total do ativo		324.439	295.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	15	4.095	410
Fornecedores - partes relacionadas	26	1.463	1.878
Empréstimos e financiamentos com terceiros	16	6.447	3.978
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	512	383
Outros impostos a pagar	17	609	316
Taxas regulamentares	18	833	500
Dividendos propostos	20	377	309
Outros passivos circulantes		651	572
		14.987	8.346
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	16	79.399	76.041
Provisão para contingências	19	95	1.050
		79.494	77.091
Patrimônio líquido	20		
Capital social		300.025	285.025
Retenção de Lucros		63.979	38.497
Reserva Legal		4.827	3.331
Prejuízo acumulado		(138.873)	(116.888)
		229.958	209.965
Total do passivo e do patrimônio líquido		324.439	295.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	21	49.063	44.043
Custo da operação		<u>(20.250)</u>	<u>(19.417)</u>
Lucro bruto		28.813	24.626
Despesas gerais e administrativas	22	(4.105)	(4.516)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(484)</u>	<u>(573)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		24.224	19.537
Resultado financeiro	25	<u>(13.876)</u>	<u>(11.880)</u>
Receita financeira		2.109	1.239
Despesa financeira		(15.985)	(13.119)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>10.348</u>	<u>7.657</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	<u>(2.405)</u>	<u>(2.155)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>7.943</u>	<u>5.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	7.943	5.502
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>7.943</u>	<u>5.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	285.025	1.707	31.818	(89.901)	228.649
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.502	5.502
Constituição de reserva legal	-	1.624	-	(1.624)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	30.556	(30.556)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(309)	(309)
Dividendos Intermediários (Nota explicativa 20)	-	-	(23.877)	-	(23.877)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	285.025	3.331	38.497	(116.888)	209.965
Aumento de capital	15.000	-	-	-	15.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.943	7.943
Constituição de reserva legal	-	1.496	-	(1.496)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	28.148	(28.148)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 20)	-	-	-	(284)	(284)
Dividendos Intermediários (Nota explicativa 20)	-	-	(2.666)	-	(2.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	300.025	4.827	63.979	(138.873)	229.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		10.348	7.657
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	16	15.023	12.477
Depreciação		11.068	11.074
Baixa de imobilizado e intangível		15	122
Rendimento títulos e valores mobiliários		(232)	(57)
Provisão para perda de crédito esperada	10	260	(45)
Provisão para contingências	19	(955)	952
Custo da transação de financiamento	16	(537)	(407)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(645)	(560)
Contas a receber – partes relacionadas		(198)	512
Estoques		(35)	(84)
Títulos e valores mobiliários		35	8
Impostos a recuperar e contribuição social a recuperar		-	318
Adiantamentos a fornecedores		23	733
Outros ativos		1.320	(396)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores e partes relacionadas		3.270	(802)
Tributos e contribuições sociais		4.931	1.158
Taxas regulamentares		332	(919)
Outros passivos		79	148
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		44.102	31.889
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(1.669)	(1.550)
Outros impostos pagos		(5.245)	(1.768)
Juros pagos		(6.738)	(6.195)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		30.450	22.376
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	12/13	(46.890)	(1.211)
Aplicação títulos e valores mobiliários		(1.344)	(1.766)
Resgate títulos e valores mobiliários		769	1.070
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(47.465)	(1.907)
Aumento de capital		15.000	-
Empréstimos e financiamentos pagos	16	(1.921)	(498)
Dividendos pagos	20	(2.882)	(24.065)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		10.197	(24.563)
(Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(6.818)	(4.094)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.451	27.545
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		16.633	23.451

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Montes Claros” e/ou “Companhia”) é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – sala 1511 – Centro – Rio de Janeiro, com filial em Montes Claros – MG.

A Companhia iniciou suas operações em 12 de agosto de 2014, e tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China

1.1 Da Concessão

Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia.

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais:

- (i) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 151 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Subestação Itabirito 2 em 500/345 kV - 560 MVA.
- (iii) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA.
- (iv) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kv 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabirito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014.

São ainda de responsabilidade da Companhia:

- (a) **SE Itabirito 2** - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de seccionamento da LT, em 500 KV São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba;
- (b) **SE Padre Fialho** - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2.

Os equipamentos e instalações descritos nos itens (e) e (f) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão seccionadas.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.289/2020, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia, a implantar os reforços em instalação de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2020-003 - SE Padre Fialho: 2º Banco de Transformadores 1Φ 345/138 kV – 3x50 MVA.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 20.916 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 41.915 (quarenta e um milhões, novecentos e quinze mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 22 de Junho de 2021, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 2.882/2021, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 16,8%.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 48.947 (quarenta e oito milhões, novecentos e quarenta e seis mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 54.689 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e nove mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Conversão de Saldos em estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante *versus* não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa..

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 12 - Imobilizado e 13 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o maior. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Reapresentação dos saldos comparativos

No exercício de 2022, a Companhia revisitou a metodologia utilizada decorrente dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e identificou-se a necessidade de mudança na projeção do RAP pelos próximos 5 anos, a partir de 2021, devido ao efeito da RTP nesse ciclo. Diante disso, como consequência dos ajustes de premissas no CPC47/ IFRS 15 - Ativo de Contrato, houve a necessidade de alteração também dos dividendos a pagar na demonstração financeira societária, impactando diretamente da demonstração contábil regulatória. E conforme as orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, a Companhia procedeu com a reapresentação de forma retrospectiva decorrente de erro identificado na aplicação das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato, do seu balanço patrimonial e demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A seguir os impactos dos ajustes em 31 de dezembro de 2021:

Balanco Patrimonial	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Demais ativos circulantes não impactados		<u>32.566</u>	-	<u>32.566</u>
		32.566	-	32.566
Ativo não circulante				
Demais ativos não circulantes não impactados		<u>262.836</u>	-	<u>262.836</u>
		262.836	-	262.836
Total do ativo		<u>295.402</u>	-	<u>295.402</u>

	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante	(i)			
Dividendos propostos		217	93	310
Demais passivos circulantes não impactados		8.036	-	8.036
		8.253	93	8.346
Passivo não circulante				
Demais passivos não circulantes não impactados		77.091	-	77.091
		77.091	-	77.091
Patrimônio líquido				
Capital social		285.025		285.025
Reserva de lucros	(i)	29.310	9.187	38.497
Reserva legal	(i)	2.843	488	3.331
Prejuízo acumulado	(i)	(107.120)	(9.768)	(116.888)
		210.058	(93)	209.965
Total do passivo e do patrimônio líquido		295.402	(93)	295.402

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Capital social		285.025		285.025
Reserva de lucros	(i)	29.310	9.187	38.497
Reserva legal	(i)	2.843	488	3.331
Prejuízo acumulado	(i)	(107.120)	(9.768)	(116.888)
		210.058	(93)	209.965

- (i) Impacto dos ajustes de dividendos a pagar após reapresentação da demonstração financeira societária devido a mudança no recálculo da mensuração do Ativo de Contrato seguindo o CPC 47 em decorrência a Revisão Tarifária Periódica (“RTP”).

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
- (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		26.509	49.300	75.809	32.566	42.442	75.008
Caixa e equivalentes de caixa		16.633	-	16.633	23.451	-	23.451
Concessionárias e permissionárias		5.050	-	5.050	4.665	-	4.665
Contas a receber – partes relacionadas		317	-	317	119	-	119
Estoques		4.009	-	4.009	3.974	-	3.974
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		75	-	75	75	-	75
Outros impostos a recuperar		101	-	101	101	-	101
Ativos de contrato	a	-	49.300	49.300	-	42.442	42.442
Outros ativos circulantes		324	-	324	181	-	181
Ativo não circulante		297.930	120.834	418.764	262.836	101.739	364.575
Títulos e valores mobiliários		2.576	-	2.576	1.803	-	1.803
Ativo de contrato	a	-	413.940	413.940	-	358.924	358.924
Outros ativos não circulantes		1.648	-	1.648	3.135	-	3.135
Imobilizado não vinculado à concessão		504	-	504	577	-	577
Imobilizado	b	292.595	(292.505)	90	256.716	(256.582)	134
Intangível	b	607	(601)	6	605	(603)	2
		324.439	170.134	494.573	295.402	144.181	439.583

	31/12/2022			31/12/2021		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	14.987	-	14.987	8.346	-	8.346
Fornecedores terceiros	4.095	-	4.095	410	-	410
Fornecedores partes relacionadas	1.463	-	1.463	1.878	-	1.878
Empréstimos e financiamentos com terceiros	6.447	-	6.447	3.978	-	3.978
Imposto de renda e contribuição social a pagar	512	-	512	383	-	383
Outros impostos a recuperar	609	-	609	316	-	316
Taxas regulamentares	833	-	833	500	-	500
Dividendos propostos	377	-	377	309	-	309
Outros passivos circulantes	651	-	651	572	-	572
Passivo não circulante	79.494	30.977	110.471	77.091	27.010	104.101
Empréstimos e financiamentos	79.399	-	79.399	76.041	-	76.041
Provisão para contingências	95	-	95	1.050	-	1.050
Impostos diferidos	-	30.977	30.977	-	27.010	27.010
Patrimônio líquido	229.958	139.157	369.115	209.965	117.171	327.136
Capital social	300.025	-	300.025	285.025	-	285.025
Retenção de lucros	63.979	284	64.263	38.497	283	38.780
Reserva legal	4.827	-	4.827	3.331	-	3.331
Prejuízo acumulado	(138.873)	138.873	-	(116.888)	116.888	-
	324.439	170.134	494.573	295.402	144.181	439.583

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	49.063	56.794	105.857	44.043	17.630	61.673
Custo da operação	e	<u>(20.250)</u>	<u>(32.992)</u>	<u>(53.242)</u>	<u>(19.417)</u>	<u>9.920</u>	<u>(9.497)</u>
Lucro bruto		28.813	23.802	52.615	24.626	27.550	52.176
Despesas gerais e administrativas		(4.105)	-	(4.105)	(4.516)	-	(4.516)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(484)</u>	<u>-</u>	<u>(484)</u>	<u>(573)</u>	<u>-</u>	<u>(573)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		24.224	23.802	48.026	19.537	27.550	47.087
Resultado financeiro		<u>(13.876)</u>	<u>-</u>	<u>(13.876)</u>	<u>(11.880)</u>	<u>-</u>	<u>(11.880)</u>
Receita financeira		2.109	-	2.109	1.239	-	1.239
Despesa financeira		<u>(15.985)</u>	<u>-</u>	<u>(15.985)</u>	<u>(13.119)</u>	<u>-</u>	<u>(13.119)</u>
Lucro antes dos impostos		10.348	23.802	34.150	7.657	27.550	35.207
IRPJ e CSLL correntes	c	(2.405)	-	(2.405)	(2.155)	-	(2.155)
IRPJ e CSLL diferidos	c	<u>-</u>	<u>(1.816)</u>	<u>(1.816)</u>	<u>-</u>	<u>(564)</u>	<u>(564)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>7.943</u>	<u>21.986</u>	<u>29.929</u>	<u>5.502</u>	<u>26.986</u>	<u>32.488</u>

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido Societário	<u>369.115</u>	<u>327.136</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(463.240)	(401.366)
Imobilizado	292.505	256.582
Intangível	601	603
Impostos Diferidos Passivos	<u>30.977</u>	<u>27.010</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u>229.958</u>	<u>209.965</u>

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido Societário	<u>29.929</u>	<u>32.488</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(43.350)	(40.975)
Margem de construção	29.553	37.694
Outras receitas	(1.193)	(13.998)
PIS/COFINS Diferido	2.152	668
Depreciação regulatória	(10.964)	(10.940)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>1.816</u>	<u>565</u>
Lucro Líquido Regulatório	<u>7.943</u>	<u>5.502</u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	2
Banco	546	483
Aplicações financeiras (i)	16.087	22.966
	<u>16.633</u>	<u>23.451</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em de 100,64% do CDI em 2022 e de 102,45% do CDI em 2021.

- (ii) A Companhia teve maiores receitas referentes ao reajuste anual de RAP e correção da inflação, ao mesmo tempo, o pagamento de dividendos foi menor. Apesar disto, a redução no período foi decorrente principalmente a maiores pagamentos de despesas operacionais e referentes ao projeto de reforço Padre Fialho, o que justifica menos valores aplicados.

9 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Conta reserva – financiamentos (i)	2.576	1.803
	<u>2.576</u>	<u>1.803</u>

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A.

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida e mais 50% da última prestação mensal de juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

- (i) O percentual de amortização aumentou de 0,0575% para 0,20485% de 2021 para 2022, conseqüentemente aumentando o valor do depósito em garantia.

10 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer (i)	4.919	4.579
Vencidas até 30 dias	7	3
Vencidas até 60 dias	3	-
Vencidas até 90 dias	5	-
Vencidas até 120 dias	5	-
Vencidas até 180 dias	257	-
Vencidas há mais de 180 dias	149	118
	<u>5.345</u>	<u>4.700</u>
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCE)	<u>(295)</u>	<u>(35)</u>
	<u>5.050</u>	<u>4.665</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(35)	(80)
Reversão de provisão	9	53
Complemento de provisão (i)	<u>(269)</u>	<u>(8)</u>
Saldo final	<u>(295)</u>	<u>(35)</u>

(i) Adição refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

11 Estoque

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação	<u>4.009</u>	<u>3.974</u>
	<u>4.009</u>	<u>3.974</u>

Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

12 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	337.693	-	-	244	337.937	244	(93.638)	244.299	255.008
Terrenos	4.678	-	-	-	4.678	-	-	4.678	4.678
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.237	-	-	57	9.294	57	(2.758)	6.536	6.794
Máquinas e equipamentos	323.158	-	-	187	323.345	187	(90.653)	232.692	243.065
Veículos	492	-	-	-	492	-	(157)	335	405
Móveis e utensílios	128	-	-	-	128	-	(70)	58	66
Administração	91	-	-	96	187	96	(97)	90	22
Máquinas e equipamentos	91	-	-	96	187	96	(97)	90	22
	337.784	-	-	340	338.124	340	(93.735)	244.389	255.030
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	1.574	46.876	-	(244)	48.206	46.632	-	48.206	1.574
Máquinas e equipamentos	120	230	-	(187)	163	43	-	163	120
Outros	1.454	46.646	-	(57)	48.043	46.589	-	48.043	1.454
Administração	112	-	(16)	(96)	-	(112)	-	-	112
Máquinas e equipamentos	112	-	(16)	(96)	-	(112)	-	-	112
	1.686	46.876	(16)	(340)	48.206	46.520	-	48.206	1.686
Ativo imobilizado	339.470	46.876	(16)	-	386.330	46.860	(93.735)	292.595	256.716

Ativo não vinculado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	865	-	-	-	865	-	(361)	504	577
Ativo não vinculado	865	-	-	-	865	-	(361)	504	577

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	337.937	(93.638)	244.299	255.008
Administração	7,51%	187	(97)	90	22
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	865	(361)	504	577
		338.989	(94.096)	244.893	255.607

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado não vinculado a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

12.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	57
Máquinas e Equipamentos	230
Móveis e Utensílios	9
Projetos - diversos	43.547
Adiantamentos Projetos	3.033
	46.876

12.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2022

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO LOCAL - UNIDADE INTERNA/EXTERNA SPLIT P/T	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	103
2. SISTEMA DE PROTECAO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	84
3. CONSTRUCAO DE BAIAS DE RESIDUOS DE OLEO	EDIFICAÇÕES	57
Total das adições		244

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	85
2. EQUIP GERAL - FORTIGATE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	11
Total das adições		96

12.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Não houve baixas do ativo imobilizado em serviço para o exercício de 2022.

13 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	581	-	-	38	619	38	(22)	597	570
Servidões	561	-	-	-	561	-	-	561	561
Softwares	20	-	-	38	58	38	(22)	36	9
Administração	2	-	-	6	8	6	(1)	7	2
Licença de Uso de Software	2	-	-	6	8	6	(1)	7	2
	583	-	-	44	627	44	(23)	604	572
Ativo intangível em curso									
Transmissão	33	8	-	(38)	3	(30)	-	3	33
Softwares	33	8	-	(38)	3	(30)	-	3	33
Administração	-	6	-	(6)	-	-	-	-	-
Softwares	-	6	-	(6)	-	-	-	-	-
	33	14	-	(44)	3	(30)	-	3	33
Ativo Intangível	616	14	-	-	630	14	(23)	607	605

b) Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	619	(22)	597	570
Administração	10,00%	8	(1)	7	2
		627	(23)	604	572

Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

13.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do intangível em curso	Material e equipamentos
Softwares	8
	8

13.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Intangível - Transmissão		
1	SOFTWARE PERICIAS, LAUDOS, EXAMES TECNICO PEDIDO: 004798 /1 SERVICOS APOIO TECNICOS ADMINISTRATIVO	30
2	SERVICO RELACIONADO AO DESENVOLVIMENTO DE P&D - LICENCA DE USO DE SOFTWARE GIS	8
		38

Intangível - Administração		
	Grupo	Valor
1.	SOFTWARE E LICENÇA FORTIGATE-60F UNIFIED THREAT PROTECTION (UTP) (IPS, ADVANCED MALWARE PROTECTION, APPLICATION CONTROL, WEB FILTERING, ANTISPAM SERVICE, AND 24X7 FORTIC	5
2.	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS) - AHGORA	1
		6

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2022.

14 Outros ativos não circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Reembolsos (i)	95	1.051
Comissão de debentures (ii)	1.553	2.084
Projetos sociais BNDES	-	-
	<u>1.648</u>	<u>3.135</u>

- (i) Encerramento dos processos fundiários 0115386-23.2011.8.13.0433 e 0037086-60.2011.8.13.0461 de responsabilidade dos sellers no qual foram extintos devido a resolução de mérito, julgado procedente, fixando indenização pagos pelos sellers.
- (ii) Valor refere-se a custo da transação relacionado à emissão da debenture referente à escrituração, coordenação e colocação da oferta restrita e das debêntures devida pela emissora pago anualmente enquanto houver debênture em circulação.

15 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores relacionados à construção (i)	3.928	319
Gastos ambientais e fundiários	11	5
Prestadores de serviços	64	46
Outros	92	40
	<u>4.095</u>	<u>410</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a compra de materiais para à implementação do projeto de reforço da subestação Padre Fialho

16 Empréstimos e financiamentos

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	ago/12	abr/29	(ii)	IPCA + 8,75% a.a.	<u>85.846</u>	<u>80.019</u>
					<u>85.846</u>	<u>80.019</u>
Circulante					6.447	3.978
Não circulante					<u>79.399</u>	<u>76.041</u>
					<u>85.846</u>	<u>80.019</u>

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2022
Debêntures (c)	80.019	15.023	(6.738)	(1.921)	(537)	85.846
Total	80.019	15.023	(6.738)	(1.921)	(537)	85.846

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2021
Debêntures (c)	74.642	12.477	(6.195)	(498)	(407)	80.019
Total	74.642	12.477	(6.195)	(498)	(407)	80.019

Debêntures

Em 09 de agosto de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a.

Em 2022 houve pagamento de principal no valor de R\$ 1.921 (um milhão, novecentos e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais) e juros no valor de R\$ 6.738 (seis milhões, setecentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e nove reais).

c. Garantias Debentures

- Cessão de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Conta Reserva constituída no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

d. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)

	Amortização
2024	10.106
2025	7.412
2026	9.266
2027	18.409
2027 – 2029	34.206
	79.399

e. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Escritura da 2ª Emissão de Debêntures. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,3. O cálculo do referido índice em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é efetuado a partir do balancete societário auditado e é apresentado conforme abaixo:

(Valores em milhares de Reais, exceto pelo índice calculado)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A) Geração de caixa da atividade	46.871	46.145
(+) LAJIDA (EBITDA)	48.540	47.695
(-) Imposto de Renda	(960)	(1.048)
(-) Contribuição Social	(709)	(502)
B) Serviço da Dívida	8.659	6.693
(+) Amortização de Principal	1.921	498
(+) Pagamento de Juros	6.738	6.195
C) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A) / (B)	5,4	6,9

•

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Contratual

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+) Lucro Líquido
- (+) Despesas (receita) financeira líquida
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais
- (+) Depreciações e amortizações
- (+) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 30%, conforme cálculos abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio Líquido (A)	369.114	327.136
Ativo Total (B)	494.572	439.582
Índice de Capitalização (A/B)	75%	74%

17 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	310	223
CSLL	202	160
	<u>512</u>	<u>383</u>

Outros impostos a pagar

PIS	29	25
COFINS	135	115
ISS	164	67
INSS	140	39
IRRF Retido na fonte	14	13
PIS/ COFINS/ CSLL (PCC)	26	28
FGTS	23	20
Outros	78	9
	<u>609</u>	<u>316</u>

18 Taxas regulamentares

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	50	33
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	196	195
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	587	272
	<u>833</u>	<u>500</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho 2.110/2022 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 115 (cento e quinze mil reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410 de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 202 (duzentos e dois mil reais).

(iii) **P&D**

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução.

19 Provisão para contingência

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Servidão (i)	95	1.050
	<u>95</u>	<u>1.050</u>

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	98	98
Adições e reversões, líquidas (i)	952	952
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.050	1.050
	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.050	1.050
Adições e reversões, líquidas (ii)	(955)	(955)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	95	95

- (i) As reversões ocorreram basicamente em razão de pagamento de indenização realizado pelo terceiro responsável em duas ações judiciais 0115386-23.2011.8.13.0433 e 0037086-60.2011.8.13.0461 nas quais se discutia desapropriação.

- (ii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da mudança de prognóstico de possível para provável devido ao andamento das decisões judiciais; e as provisões constituídas referem-se à riscos de servidão, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão.

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fundiários e de servidão e fiscais., conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Servidões (i)	73	73
Fiscal (ii)	<u>22.675</u>	<u>20.935</u>
	<u>22.748</u>	<u>21.008</u>

(i) Servidões e fundiários - Referem-se a ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. Os casos nos quais os temas aqui referidos são discutidos são os seguintes: 0002096-09.2012.8.13.0461, 0115386-23.2011.8.13.0433, 0056077-71.2011.8.13.0433, 0063017-65.2011.8.13.0461, 0050350-13.2012.8.13.0461, 0037086-60.2011.8.13.0461, 5000968-64.2021.8.13.0003, 5002252-10.2021.8.13.0003, 5002209-73.2021.8.13.0003 e 1004461-84.2021.4.01.3819, todos do Estado de Minas Gerais.

- (ii) Processos fiscais - Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, IRPJ e CSLL. A variação ocorreu por força de atualização monetária. Os principais casos nos quais os temas aqui referidos são discutidos são os seguintes: 17227-720.122/2020-16 e 17227-720.121/2020-71. A variação ocorreu por força de atualização monetária.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 285.025 (duzentos e oitenta e cinco milhões, vinte e cinco mil reais) dividido em 285.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Conforme AGE realizada em 15 de dezembro de 2022, as Acionistas resolveram, por unanimidade, aumentar o capital social da Companhia em um valor adicional de R\$ 15.000 (quinze milhões de reais), resultando em um aumento de R\$ 285.025 (duzentos e oitenta e cinco milhões, vinte e cinco mil reais) para R\$ 300.025 (trezentos milhões, vinte e cinco mil reais), mediante emissão de 15.000 (quinze milhões) de novas ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, a serem subscritas pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
SGBH.	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100,00%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	29.929	32.488
Reserva legal (5%)	<u>(1.496)</u>	<u>(1.624)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>28.433</u>	<u>30.864</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u><u>284</u></u>	<u><u>309</u></u>

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 18.877 (dezoito milhões, oitocentos e setenta e sete mil reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2020, foi pago em 30 de agosto de 2021 totalizando R\$ 19.065 (dezenove milhões, sessenta e cinco mil reais).

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 2.666 (dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2021, foi pago em 26 de maio de 2021 totalizando R\$ 2.882 (dois milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais).

21 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	<u>52.964</u>	<u>47.668</u>
Receita de rateio de antecipação	(1.168)	(208)
Receita de encargos de transmissão (i)	37.913	32.918
Recuperação de PIS e COFINS	1.904	1.732
Receita Rede de Fronteira	3.933	4.026
Receita de novas obras RBNI	9.563	8.515
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.537)	(849)
Indisponibilidade de equipamentos	(28)	(21)
Descontos Incidentes na TUST	2.379	1.555
	5	-
Deduções da receita operacional	<u>(3.901)</u>	<u>(3.625)</u>
PIS	(344)	(309)
COFINS	(1.589)	(1.427)
P&D	(491)	(440)
RGR	(1.284)	(1.277)
TFSEE	(193)	(172)
	<u>49.063</u>	<u>44.043</u>

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2022.

22 Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(6.023)	(5.610)
Material	(903)	(582)
Serviços de terceiros	(1.146)	(1.366)
Depreciação e amortização	(10.964)	(10.940)
Gastos diversos	(779)	(605)
Outros	(435)	(314)
	<u>(20.250)</u>	<u>(19.417)</u>

23 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(2.669)	(3.083)
Administradores	(166)	(243)
Material	(78)	(97)
Serviços de terceiros	(596)	(554)
Arrendamentos e aluguéis	(181)	(158)
Recuperação de Despesas (i)	83	(37)
Tributos	(8)	(4)
Depreciação e amortização	(30)	(35)
Provisões (ii)	(260)	38
Doações (iii)	-	(114)
Outras	(200)	(229)
	<u>(4.105)</u>	<u>(4.516)</u>

(i) Variação refere-se a ajuste de inventário para mitigar as divergências identificadas nas inspeções físicas.

- (ii) Aumento na provisão para perda de crédito esperada devido ao não recebimento das empresas do grupo Quinturá em 2022 conforme mencionado na nota explicativa 8.
- (iii) Variação refere-se a baixa de notas fiscais em 2021 referentes ao Instituto Grande Sertão relativo a conclusão física e financeira do projeto social meu Rio Project.

24 Despesas com pessoal

Pessoal – operação	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(3.875)	(3.660)
Encargos	(1.331)	(1.249)
Previdência Privada	(37)	(21)
Outros Benefícios – Corrente	(743)	(611)
Outros	(37)	(69)
	(6.023)	(5.610)
Pessoal – administração	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(1.524)	(1.779)
Encargos	(622)	(699)
Previdência Privada	(7)	
Benefícios	(260)	(317)
Despesas rescisórias	(3)	(7)
Outros	(252)	(281)
Administradores	(167)	(243)
	(2.835)	(3.326)
	(8.858)	8.936

25 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	2.109	1.239
Receitas de aplicações financeiras (i)	2.083	1.177
Outras receitas financeiras	26	62
Despesa financeira	(15.985)	(13.119)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(7.492)	(5.880)
Variações monetárias (ii)	(7.531)	(6.597)
Comissões	(695)	(521)
Outras despesas financeiras	(267)	(121)
	(13.876)	(11.880)

- (i) Apesar de no final de 2022 o saldo aplicação ter ficado menor em comparação ao exercício anterior em função dos resgates para pagamentos conforme detalhado na nota explicativa 7, ao longo do exercício de 2022 tivemos maiores valores aplicado o que justifica maiores rendimentos no exercício.

- (ii) Variação refere-se a aumento de correção monetária pelo IPCA das Debêntures no período de junho 2021 a julho 2022.

26 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	<u>53.093</u>	<u>47.764</u>
Base de cálculo (8%)	4.247	3.821
Outras receitas	<u>2.334</u>	<u>2.082</u>
Base de cálculo	6.581	5.903
IR devido	(1.621)	(1.452)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	-	-
Total de IRPJ	<u>(1.621)</u>	<u>(1.452)</u>
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	<u>53.093</u>	<u>47.764</u>
Base de cálculo (12%)	6.371	5.732
Outras receitas	<u>2.334</u>	<u>2.082</u>
Base de cálculo	8.705	7.814
CSLL devida	(784)	(703)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	-	-
Total de CSLL	<u>(784)</u>	<u>(703)</u>
Total de IRPJ/CSLL	<u>(2.405)</u>	<u>(2.155)</u>

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP

27 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

27.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	317	119
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	273	75
Outros	44	44
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	24	24
Intercompany SPTE - Despesas gerais	20	20

27.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	1.463	1.878
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.463	1.878

26.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	(6.960)	(7.119)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(6.784)	(6.857)
Aluguel (ii)	(168)	(143)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(8)	(119)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

(iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 17 de agosto de 2020 a Montes Claros assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão Mantiqueira, na subestação de energia Itabirito 2. Em dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

27.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	307	382
Benefícios diretos e indiretos	54	81
Encargos	183	214
Provisões (13 salário, férias e bônus)	248	264
Valor total da remuneração	792	941

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

28. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Exceto conforme detalhado no item 28.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados no item 27.1 abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

28.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	16.633	23.451
Títulos e valores mobiliários	9	2.576	1.803
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	27	317	119
Concessionárias e permissionárias	10	5.050	4.665

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos - terceiros	16	85.846	80.019
Fornecedores- partes relacionadas	27	1.463	1.878
Fornecedores - terceiros		4.095	410

28.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os pagamentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

- Saldo contábil: R\$ 85.845.
- Cálculo valor justo: R\$ 85.997.

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

28.3 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em milhares de reais	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	16.633	23.451
Títulos de Valores Mobiliários	2.576	1.803
Contas a receber partes relacionadas	317	119
Concessionária e Permissionárias	5.050	4.665
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	85.846	80.019

c. Risco cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

29. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	246.877	246.877
Veículos	Carros	609	410
		<u>267.486</u>	<u>267.287</u>

31. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 27.276 (vinte e sete milhões, duzentos e setenta e seis mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total do Contrato
LTMC-PM-2021-3909	E-GUANA	Sistema siget para LTMC- Padre Fialho (Aneel)	18/03/2021	10
LTMC-PM-2021-3965	Marte	Projeto Básico para LTMC -Padre Fialho	15/04/2021	20
LTMC-PM-2021-5333	PROLEC GE Grantel	Fornecimento de Equipamentos - Autotransformadores Monofásicos	06/01/2022	5.987
LTMC-PM-2021-4446	(REA)	Contrato EPC - Autorizado pela ANEEL (R.E.A.)	20/09/2021	8.746
LTMC-PM-2022-6138	Arteche (REA)	IPARO - Fornecimento SPCS	01/09/2022	2.189
LTMC-PM-2022-6013	Brafer (REA)	IPARO - Fornecimento de Estruturas Metálicas	26/01/2022	1.061
LTMC-PM-2022-8291	BELLUNO VEÍCULOS LTDA	IPARO - Projeto Eletromecânico	08/12/2022	230
LTMC-PM-2021-5648	Ensiste (REA)	IPARO - fornecimento de estrutura pré-moldada da Casa de Relés, canaletas pré-moldadas e paredes corta-fogo pré-moldadas,	17/12/2021	138
LTMC-PM-2022-6034	Grid Solutions (GE) - (REA)	IPARO - Fornecimento de 05 Chaves Seccionadoras 362kV e 14 Chaves Seccionadoras 145kV	21/01/2022	2.295
LTMC-PM-2022-7343	Grid Solutions (GE) REA - (TA1 - Spare Parts)	IPARO - Fornecimento de Transformadores	21/01/2022	385
LTMC-PM-2022-5967	Hubbell (REA)	IPARO - Terraplenagem	21/03/2022	1.717
LTMC-PM-2022-7338	Hubbell REA - (TA1 - Spare Parts)	Peças de Reposição	21/03/2022	292

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total do Contrato
LTMC-PM-2022-5808	Pfiffner (REA) Pfiffner REA (TA1 -	Supply of TPs and TCs	26/01/2022	804
LTMC-PM-2022-7276	Spare Parts) PROLEC GE (Spare	Peças de Reposição	26/01/2022	149
LTMC-PM-2022-7379	Parts) Grantel	Peças de Reposição	01/08/2022	306
LTMC-PM-2021-4447	(PA1)	Contrato EPC - Parecer Autorizativo ONS (P.A.)	20/10/2021	1.789
LTMC-PM-2022-6139	Arteche (PA1)	IPARO - Fornecimento SPCS	15/06/2022	268
LTMC-PM-2022-6035	Grid Solutions (GE) (PA1)	IPARO - Fornecimento e Montagem de Disjuntores de 145kV;	23/05/2022	176
LTMC-PM-2022-5966	Hubbell (PA1)	IPARO - Fornecimento de Chaves Seccionadoras	30/04/2022	402
LTMC-PM-2022-7277	Pfiffner PA1 (TA1 -	Peças de Reposição	28/07/2022	55
SGBH-(8)-PM-2021- 4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	<u>257</u>
				27.276

Cronograma de vencimento

Em R\$ mil

2023	<u>27.276</u>
	<u>27.276</u>

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2